

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

REALIZAÇÃO: COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E ORÇAMENTO
CONSELHEIRA MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
CONSELHEIRA ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
CONSELHEIRO RUBENS CURADO SILVEIRA
CONSELHEIRO GILBERTO VALENTE MARTINS



REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

REALIZAÇÃO: COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E ORÇAMENTO
CONSELHEIRA MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
CONSELHEIRA ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
CONSELHEIRO RUBENS CURADO SILVEIRA
CONSELHEIRO GILBERTO VALENTE MARTINS



Conselho Nacional de Justiça

Presidente	Ministro Joaquim Barbosa
Corregedor Nacional de Justiça	Ministro Francisco Falcão
Conselheiros	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi Ana Maria Duarte Amarante Brito Guilherme Calmon Nogueira da Gama Flavio Portinho Sirangelo Deborah Ciocci Saulo José Casali Bahia Rubens Curado Silveira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen Gilberto Valente Martins Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira Gisela Gondin Ramos Emmanoel Campelo de Souza Pereira Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral	Marivaldo Dantas de Araújo
Diretor-Geral	Sérgio José Américo Pedreira

EXPEDIENTE

Coordenação:	Clenio Jair Schulze, Juiz Auxiliar da Presidência
Organização:	Departamento de Gestão Estratégica (DGE) Ivan Gomes Bonifácio Rita de Cassia Smaniotto Landim Hélio Carlos Gomes Silva José Francisco Alves Fabiana Andrade Gomes e Silva Francisco Fidalgo Romero Felipe Cesar Araújo da Silva

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação Social	Cintia Lima
Projeto gráfico	Eron Castro
Revisão	Carmem Menezes

2014

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

1 Informações Gerais	7
2 Solenidade de Abertura	8
3 Painel: Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes	11
4 Contribuição das Associações	14
5 Oficinas dos Grupos de Segmentos de Justiça	19
6 Plenária Final	20
7 Apresentação dos Resultados das Metas 2013	25
8 Encerramento	26

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), realizou a Reunião Preparatória para o VIII Encontro Nacional do Judiciário nos dias 26 e 27 de março de 2014.

O principal objetivo do evento foi debater com os diversos segmentos de justiça as propostas de desdobramento dos macrodesafios aprovados no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015–2020.

Após a abertura, os participantes assistiram a um painel sobre *Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes*, um dos principais macrodesafios previstos no Plano Estratégico do Judiciário a vigor a partir de 2015. O intuito foi de que os segmentos aderentes ao macrodesafio em questão, a par das ponderações dos palestrantes sobre o tema, motivassem-se a buscar possíveis alternativas para a solução de lidar com questões recorrentes e demandantes seriais.

Concluídas as apresentações dos palestrantes, os representantes das associações de servidores e magistrados trouxeram suas contribuições para os debates, analisando, a partir de suas perspectivas, as principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário.

No período vespertino, os convidados participaram das oficinas setoriais, nas quais os segmentos de justiça debateram propostas de metas de monitoramento contínuo, a ordem de priorização dos macrodesafios ao longo do período de vigência do novel plano estratégico e apresentaram sugestões de indicadores.

Os resultados das reuniões setoriais foram apresentados pelos grupos na última etapa do encontro, durante a reunião plenária final.

Como detalhamento dos registros da reunião, encontram-se, ao longo deste relatório, as referências dos principais documentos e dos vídeos com as falas proferidas durante o encontro.



2 SOLENIDADE DE ABERTURA

Integraram a mesa de abertura o Presidente do TST, Ministro Antonio José Barros Levenhagen, os membros da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, Conselheira Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Conselheiro Rubens Curado Silveira, Conselheiro Gilberto Valente Martins, e o Secretário-Geral do CNJ, Juiz Marivaldo Dantas de Araújo.



Mesa de Abertura do Evento

O Ministro Barros Levenhagen deu boas-vindas aos presentes e desejou que a reunião resultasse em propostas de estratégias e metas ajustadas às diversas realidades do País. Enalteceu que, no âmbito da Justiça do Trabalho, magistrados e servidores vêm se empenhando em dar cumprimento às propostas de metas previstas para o segmento e concluiu destacando que as boas práticas desenvolvidas no âmbito do Judiciário merecem receber o devido destaque no noticiário, que muitas vezes cuida em veicular apenas matérias de natureza negativa, acabando por denegrir como um todo a imagem de magistrados e servidores.

A Ministra Cristina Peduzzi começou sua fala destacando que, entre os objetivos da reunião, estavam a propositura de metas de medição continuada, a priorização dos

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

macrodesafios e a elaboração de indicadores de desempenho. Asseverou que o Planejamento Estratégico é ferramenta indispensável à administração da justiça, haja vista que, por seu intermédio, são definidos objetivos organizacionais de longo prazo que possibilitam o implemento do princípio constitucional da eficiência no serviço público, sobretudo no âmbito do Poder Judiciário, em que se busca a distribuição da justiça, um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Destacou também que o CNJ vem adotando modelo participativo de estudos para a articulação das propostas formuladas para o Planejamento Estratégico, nos moldes estabelecidos pela Portaria n. 138/2013, que instituiu a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.



Mesa de Abertura do Evento

A seguir, o Conselheiro Rubens Curado falou sobre a política de priorização de primeiro grau, aprovada no VII Encontro Nacional do Judiciário, e conclamou os participantes da reunião a formularem possíveis propostas de metas, indicadores e planos de ação voltados ao tema. Em suas palavras, o Conselheiro considerou que o momento é de consolidação das propostas voltadas à priorização do primeiro grau, política que ainda se encontra em fase de estruturação e cujo intuito é tornar-se perene. Relembrou alguns dos avanços nos últimos seis meses em relação ao tema, como a instituição do grupo de trabalho em setembro de 2013,¹ a aprovação da diretriz es-

1 Portaria CNJ n. 155 de 6 de setembro de 2013.



tratégica e da Meta 3/2014² no VII Encontro Nacional do Judiciário, a formulação de consulta pública sobre a proposta de resolução para a criação de critérios objetivos de distribuição da força de trabalho nos tribunais e a audiência pública realizada em fevereiro pelo CNJ sobre a Eficiência do Primeiro Grau de Jurisdição e Aperfeiçoamento Legislativo Voltado ao Poder Judiciário.

Na sequência, o Conselheiro Gilberto Valente falou sobre o diagnóstico realizado a respeito da meta de combate à corrupção e à improbidade administrativa.³ Asseverou que a meta, inicialmente estabelecida em 2013, reflete as desigualdades e peculiaridades regionais existentes entre os diversos tribunais do País. Entretanto, o Conselheiro considerou que, desde sua implantação, os resultados apresentados foram aquém dos esperados, haja vista que poucos tribunais, sobretudo no âmbito da Justiça Estadual, lograram superar cinquenta por cento dos percentuais previstos. Por tais razões, bem como pela relevância social e econômica dos processos que estão inseridos na meta, defendeu que ela se tornasse meta permanente. Com relação ao diagnóstico propriamente, apresentou alguns pontos que prejudicam o cumprimento da meta como número reduzido de servidores nas varas, dificuldades na obtenção de informações de organizações internacionais, obstáculos na localização de bens e na recuperação de ativos, além da morosidade na tramitação de interna de cartas precatórias.

Por fim, o Secretário-Geral do CNJ, Juiz Marivaldo Dantas de Araújo, agradeceu a presença de todos e manifestou sua satisfação com o empenho dos presentes no que considerou um trabalho contínuo de articulação das propostas para o Planejamento Estratégico. A seguir, anunciou que, a partir de uma sugestão apresentada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), o CNJ irá premiar as varas e unidades judiciais indicadas pelos tribunais pelo desempenho obtido no cumprimento das metas. Entretanto, o formato da premiação ainda não foi definido.

2 Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

3 Meta 4 – Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no Superior Tribunal de Justiça, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012.

REUNIÃO PREPARATÓRIA

VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

3 PAINEL: DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES LITIGANTES

Após a abertura, os trabalhos prosseguiram com um painel de apresentações sobre um dos Macrodesafios do Poder Judiciário para o sexênio 2015–2020, *Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes*.

O Juiz Auxiliar da Presidência Clênio Jair Schulze coordenou o painel de apresentações e, nas palavras que proferiu inicialmente, enalteceu a relevância do tema, passando a palavra à primeira palestrante.

A Dra. Vânia Cardoso André de Moraes, Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), inicialmente pontuou que o seu interesse pelo tema das demandas repetitivas e grandes litigantes teve origem na própria atuação como magistrada, quando percebeu que grande quantidade de processos não é solucionada em tempo hábil e o número de demandas acumuladas nas varas de justiça é crescente, não obstante os esforços de magistrados e servidores em sentido contrário.

A palestrante enfatizou que o setor público responde sozinho por cerca de cinquenta e um por cento dos processos em tramitação, o que significa, no seu entender, que esses litigantes vêm utilizando o Poder Judiciário para retirar do cidadão a sua ceara de busca de direitos, de proteção social e de equilíbrio.

A seguir, a Dra. Valéria Conti apresentou balanço da evolução histórica e dos procedimentos adotados para implementação do Núcleo de Recursos Repetitivos e Repercussão Geral do STJ (Nurer), a partir da publicação da Resolução CNJ n. 160,⁴ destacando os principais aspectos da atuação da unidade na atualidade, além de seus desafios para o futuro. A palestrante apresentou dados estatísticos de monitoramento desses processos, enfatizando que há cerca 216 mil ações repetitivas na Justiça Estadual e Federal aguardando decisão definitiva do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

4 Resolução CNJ n. 160, de 19/10/2012 – Dispõe sobre a organização do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e nos Tribunais Regionais Federais, e dá outras providências.



Painel de palestrantes

No mesmo sentido, a Dra. Aline Dourado fez apanhado conceitual sobre o instituto da repercussão geral e apresentou balanço histórico dos efeitos decorrentes de sua aplicação aos recursos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF), esclarecendo alguns aspectos sobre a dinâmica de trabalho do Núcleo de Apoio à Repercussão Geral do STF. No particular, também apresentou dados que evidenciam a existência de mais de 150 mil processos sobrestados nos tribunais aguardando decisão do STF. Antes de concluir, conclamou os tribunais a organizarem seus núcleos de repercussão geral e recursos repetitivos, a fim de dar cumprimento à Resolução CNJ n. 160.

Ao final, o Dr. Carl Smith, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ, discorreu sobre os principais aspectos da Resolução CNJ n. 46⁵ e da Resolução CNJ n. 160, aplicáveis em auxílio ao julgamento dos recursos repetitivos e dos grandes demandantes, e apresentou prognóstico das próximas medidas a serem adotadas pelo CNJ em relação à questão.

5 Resolução CNJ n. 46, de 18/12/2007 – Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências.

REUNIÃO PREPARATÓRIA

VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

O vídeo e os eslaides das palestras apresentadas no painel podem ser acessados pelos seguintes *links*:

Palestra: Grandes Litigantes e Demandas Repetitivas – Dra. Vânia Moraes

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=0cuCC-K5yjM&feature=youtu.be> (55:00)

Eslaides: http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/apresentacao_demandas_repetitivas_e_grandes_litigantes_cnj.pdf

Palestra: O Trabalho do Núcleo de Recursos Repetitivos e Repercussão Geral do STJ (Nurer) – Dra. Valéria Conti da Costa

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=0cuCC-K5yjM&feature=youtu.be> (1:17:35)

Eslaides: http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/apresentacao_nurer_stj.pdf

Palestra: O Núcleo de Apoio à Repercussão Geral no STF – Dra. Aline Dourado

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=0cuCC-K5yjM&feature=youtu.be> (1:34:07)

Eslaides: http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/narg_stf.pdf

Palestra: Principais Aspectos das Resoluções 46 e 160 do CNJ – Dr. Carl Smith

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=0cuCC-K5yjM&feature=youtu.be> (1:55:14)



4 CONTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

4.1 CONTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MAGISTRADOS

Na primeira parte do período vespertino, foram desenvolvidos dois painéis de apresentações um com representantes dos magistrados e outro com representantes dos servidores.

O primeiro foi conduzido pelo Dr. Clenio Schulze e contou com a participação do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Juiz João Ricardo dos Santos Costa; da Secretária-Geral da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto; e do Secretário-Geral da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Juiz Villian Bollmann.



Representantes das associações de magistrados

O representante dos magistrados enfatizou inicialmente que a expectativa da AMB em relação à política de priorização do primeiro grau é no sentido de que seja formulada nova forma de atuação e enfrentamento dos litígios no Poder Judiciário. Como principal ponto de uma política nacional de magistratura, destacou a questão da gestão judicial, sob o aspecto de que muitas demandas que ingressam no Judiciário não deveriam submeter-se à intervenção jurisdicional de forma individualizada

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

como feito hoje, citando, como exemplo, causas que envolvem bancos e operadoras de telefonia. Para tanto, sugeriu a criação uma “meta” para o CNJ – a fim de identificar os fatores socioculturais relacionados à formação dos grandes litígios – e a criação de um Centro de Inteligência Judicial, evitando-se, assim, que violações repetitivas venham a ocorrer.



Representantes das associações de magistrados

A representante da Anamatra, Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto, apresentou suas considerações e questionou a adoção do que considera um modelo de gestão por resultados, próprio da iniciativa privada, no âmbito da administração pública. Com base nessa premissa, discorreu sobre problemas decorrentes do modelo de metas, invocou maior efetividade na participação de magistrados em relação à formulação do planejamento estratégico do Judiciário e propôs a aplicação do orçamento participativo, como elemento de democratização interna do Poder Judiciário. Criticou o que considerou exagerado estímulo às conciliações, com vistas à solução numérica de demandas, a pesquisas de satisfação e à implementação do PJe, sem estudos prévios de impacto ambiental. Ao final, defendeu a adoção de metas institucionais, cujos destinatários sejam os tribunais, e não os magistrados, bem como metas de saúde para juízes e servidores.



O representante da Ajufe, Juiz Villian Bollmann, dividiu sua apresentação em duas partes. Na primeira, reiterou reflexão sobre a finalidade, o sentido e o procedimento de elaboração e avaliação das metas, ponderando que o Judiciário não é uma fábrica de decisões e que a finalidade das metas deve servir ao cidadão que busca a Justiça. Nessa perspectiva, sugeriu que o CNJ ampliasse sua análise sobre o cumprimento das metas, não apenas divulgando os resultados, mas sopesando os motivos que eventualmente impediram o cumprimento de algumas delas pelos magistrados. Na segunda parte da palestra, disse que é necessário enfrentar as questões que impedem a efetividade das decisões judiciais. Mencionou que, nos atributos de valor para a sociedade, previstos no planejamento estratégico, falta a “efetividade”, embora esteja ela incluída na visão e no glossário dos macrodesafios. Finalizou dizendo que é importante a reflexão sobre o papel das metas e que elas devem servir para o aprimoramento do Poder Judiciário, a fim de que este cumpra o objetivo traçado pela Constituição: dizer o direito e fazer a Justiça.

4.2. CONTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES

O segundo painel de apresentações das associações foi conduzido pelo Diretor do Departamento de Gestão Estratégica (DGE/CNJ), Ivan Gomes Bonifácio, que abriu os trabalhos e passou à palavra aos palestrantes Volnei Rosalen, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (Fenajud), e Tarcísio Ferreira, Coordenador Jurídico e Parlamentar da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO



Representantes das associações de servidores

Pela Fenajud, Valnei Rosalen proferiu suas considerações e adotou três eixos de abordagem, quais sejam: finalidades do Judiciário; relações de trabalho; e democracia. Ponderou que o enfrentamento das demandas repetitivas e dos grandes litigantes pressupõe debate sobre segurança jurídica e manutenção e preservação de interesses econômicos dominantes. Pela perspectiva da relação de trabalho, questões como a flexibilização das remunerações e a precarização das condições de trabalho foram apontadas como estratégicas.



Representante da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (Fenajud)

Por fim, o representante da Fenajufe, Tarcísio Ferreira, afirmou que o CNJ e os tribunais precisam expandir os espaços para a participação efetiva dos servidores nas discussões e formulações de propostas para o Judiciário, além de fazer cumprir a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e implementar a negociação coletiva. Na oportunidade, também criticou a falta de autonomia do Poder Judiciário e apontou a necessidade de haver uma carreira para os servidores, não só para definir critérios objetivos de promoção dos servidores, mas também para aprimorar a prestação de serviços. Finalmente, Tarcísio disse que o Judiciário precisa ser democratizado, abrindo espaço para que servidores e juízes, desde o primeiro grau, participem dos processos de negociações para a elaboração de políticas públicas.

O arquivo com o vídeo do primeiro dia da Reunião Preparatória para o VIII Encontro Nacional do Judiciário pode ser acessado pelo *link*:

Reunião Preparatória para o VIII Encontro Nacional do Judiciário (26/3/2014)

<http://www.cnj.jus.br/evento/eventos-realizados/atribuicoes/programas-da-corregedoria/reuniao-preparatoria-para-o-viii-encontro-nacional-do-judiciario/videos>

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

5 OFICINAS DOS GRUPOS DE SEGMENTOS DE JUSTIÇA

Na segunda etapa do período vespertino foram realizadas oficinas em cada segmento de Justiça, para análise e votação das propostas de metas de monitoramento contínuo, priorização de macrodesafios e indicadores para o ano de 2015.

Os segmentos de justiça agruparam-se da seguinte forma:

Grupo da Justiça do Trabalho (CSJT, TST e TRTs)

Grupo Justiça Federal (CJF, TRFs) e STJ

Grupo Justiça Estadual (TJs)

Grupo Justiça Eleitoral⁶

Grupo Justiça Militar (JM Estadual e STM)

Os trabalhos nas oficinas foram coordenados pelos representantes do Comitê Gestor do Segmento.

Ao final das oficinas, cada um dos grupos, à exceção da Justiça Eleitoral, elaborou uma apresentação com a síntese de suas propostas para exposição na reunião plenária final.

⁶ Em razão do disposto na Portaria TSE n. 154 (publicada no DJe de 24/3/2014, p. 2), os representantes da Justiça Eleitoral que compareceram à reunião utilizaram o tempo das oficinas para troca de experiências a serem aplicadas no planejamento estratégico dos seus respectivos tribunais, não havendo adesão ou formulação de propostas do segmento para o Planejamento Estratégico Nacional.



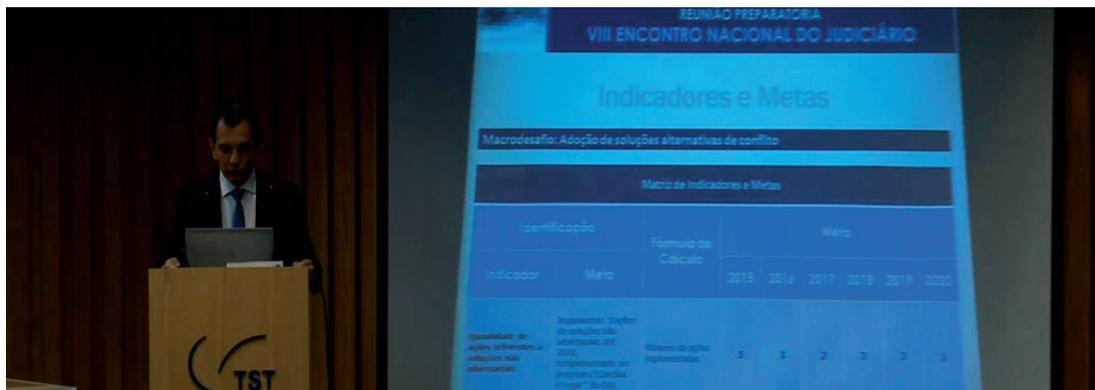
6 PLENÁRIA FINAL

No segundo dia da reunião, cada segmento de justiça apresentou o resultado dos trabalhos realizados no primeiro dia referentes às propostas de metas de monitoramento contínuo, priorização de macrodesafios e indicadores para o ano de 2015.

Grupo I – Justiça do Trabalho



Apresentação das propostas da Justiça do Trabalho na Reunião Plenária



Apresentação das propostas da Justiça do Trabalho na Reunião Plenária

O arquivo com os eslaides da apresentação desse segmento pode ser acessado pelo *link*:

Propostas Justiça do Trabalho:

http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/justica_do_trabalho.pdf

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

Grupo II – Justiça Federal



Apresentação das propostas da Justiça Federal na Reunião Plenária



Apresentação das propostas da Justiça Federal na Reunião Plenária

O arquivo com os eslaides da apresentação desse segmento pode ser acessado pelo *link*:

Propostas Justiça Federal

http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/justica_federal.pdf



Poder Judiciário

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Grupo III – Justiça Militar



Apresentação das propostas da Justiça Militar na Reunião Plenária



Representante da Justiça Militar expõe as propostas do segmento

O arquivo com os eslaides da apresentação desse segmento pode ser acessado pelo *link*:

Propostas Justiça Militar:

http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/justica_militar.pdf

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

Grupo IV – Justiça Estadual



Apresentação das propostas da Justiça Estadual na Reunião Plenária



Apresentação das propostas da Justiça Estadual na Reunião Plenária

O arquivo com os eslaides da apresentação desse segmento pode ser acessado pelo [link](http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/justica_estadual.pdf):

Propostas Justiça Estadual:

http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/justica_estadual.pdf



Poder Judiciário

CNU CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Grupo V – STJ



Representante do STJ expõe as propostas do segmento.

O arquivo com os eslaides da apresentação desse segmento pode ser acessado pelo *link*:

Propostas do STJ:

http://www.cnj.jus.br/images/eventos/viii_encontro_judiciario/stj.pdf

REUNIÃO PREPARATÓRIA VIII ENCONTRO NACIONAL DO JUDICIÁRIO

7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS METAS 2013

A apresentação dos resultados das Metas 2013 foi feita pelo Diretor do DGE/CNJ, Ivan Bonifácio, que parabenizou a todos os participantes pelos excelentes resultados apresentados no encontro, destacando, em particular, a participação, o engajamento e a desenvoltura dos magistrados no trato com os assuntos relacionados à estratégica que, historicamente, eram tratados apenas por técnicos das áreas de gestão.

Nesse último painel, o destaque positivo foi para a Meta 2,⁷ com julgamento praticamente de todos os processos mais antigos e redução do acervo das execuções não fiscais em 19,05%. Outro dado positivo apresentado refere-se à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça do Trabalho, que implantou em 60% das Varas o PJe (913 varas de 1.520). Por outro lado, em relação à Meta 1, que monitora a produtividade dos magistrados, os dados revelam que, em 2013, o número de julgados foi inferior ao de distribuídos.



Diretor do Departamento de Gestão Estratégica apresenta o Resultado das Metas 2013

O arquivo com os eslaides da apresentação pode ser acessado pelo *link*:

Resultados das Metas 2013:

http://www.cnj.jus.br/images/reuni%C3%A3o_preparat%C3%B3ria_VIII_encontro_nacional_do_judici%C3%A1rio/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Ivan_Metas_v5_para_PDF.pdf

7 Para informações detalhadas, consulte <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metasp/2013>.



8 ENCERRAMENTO

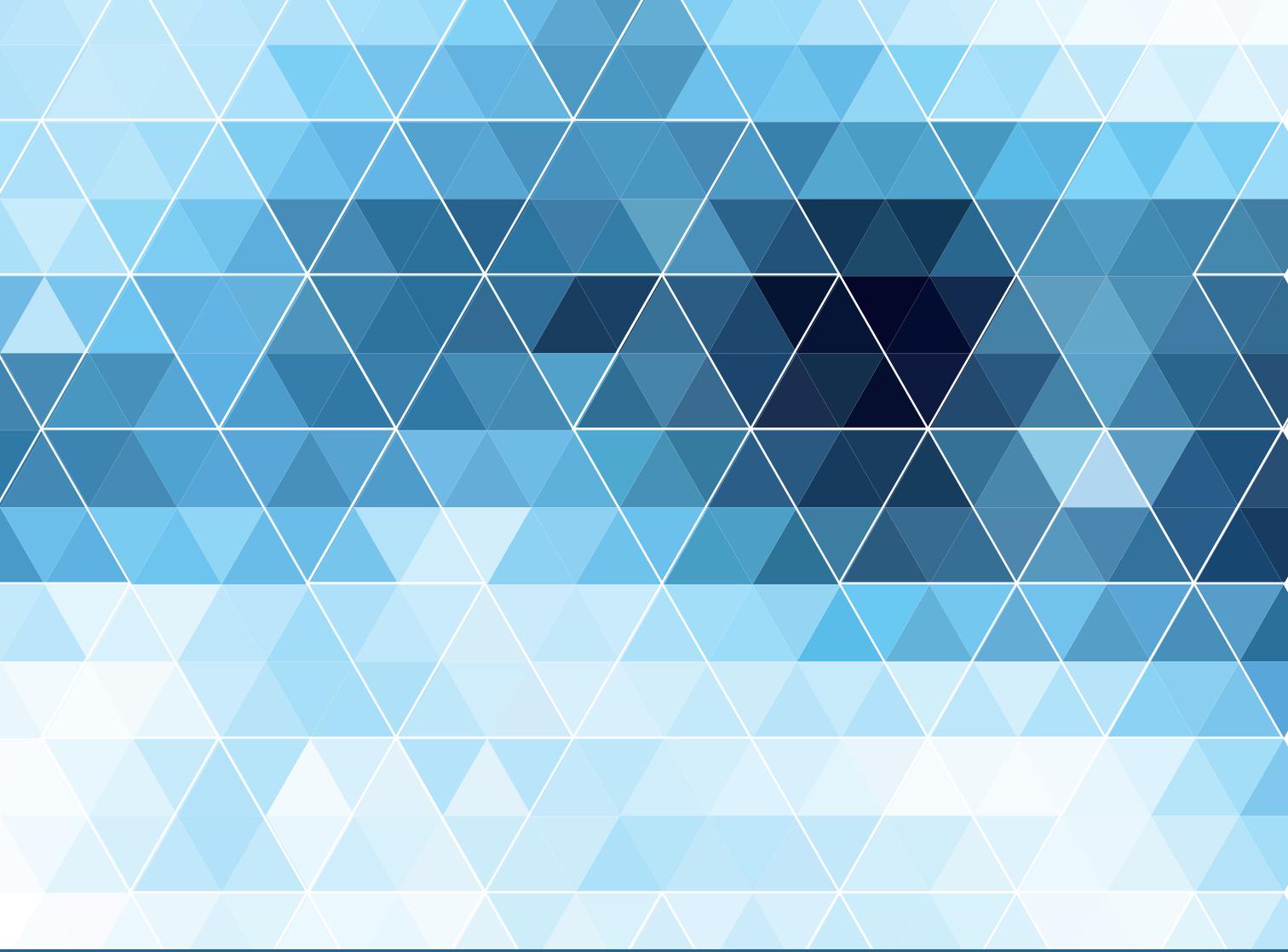
No encerramento do evento, o Juiz Auxiliar da Presidência Clenio Jair Schulze elogiou o empenho dos tribunais no cumprimento das metas e destacou que mesmo aqueles que não lograram alcançar o desempenho desejado devem ser prestigiados, porque, muitas vezes, a conclusão de alguns processos não depende da atuação dos agentes do Poder Judiciário, como, por exemplo, no caso das execuções fiscais em que não são localizados bens e devedores para finalização do processo. Destacou o trabalho realizado pela Rede de Governança Colaborativa, que, com a contribuição de servidores e magistrados, vem amadurecendo as propostas de planejamento para o Judiciário.

A Ministra Maria Cristina Peduzzi agradeceu o empenho das equipes envolvidas na organização do evento, estendendo os cumprimentos aos participantes que se esmeraram em comparecer para prestigiar o encontro, e concluiu ponderando que o DGE conjuntamente com as pesquisas realizadas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias e o Departamento de Acompanhamento Orçamentário configuram-se como uma coluna dorsal do CNJ e possibilitam que as atribuições constitucionais do órgão tomem forma e efetividade.

O arquivo com o vídeo do segundo dia da Reunião Preparatória para o VIII Encontro Nacional do Judiciário pode ser acessado pelo *link*:

Reunião Plenária:

<http://www.cnj.jus.br/evento/eventos-realizados/atribuicoes/programas-da-corregedoria/reuniao-preparatoria-para-o-viii-encontro-nacional-do-judiciario/videos>



Poder Judiciário

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA